

O Progresso da Ordem O Florianismo na Lógica do Consenso Mínimo

Lincoln de Abreu Penna *

Abstract

The multi-dimensional aspect of Florianismo, that is, what we generally designate "of the government" and "of the street (popular culture)," respectively, "major" as opposed to "petty" politics. We conclude that that ambiguity resulted in the progress of order according to the logic of a minimum consensus. This investigation focused on this phenomenon in the city of Rio de Janeiro between 1893 and 1897.

Keywords: Florianismo, Rio de Janeiro

Resumo

Trata-se de um estudo sobre o florianismo e sua dimensão plural, isto é, o que convencionamos designar "de governo" e "de rua" ou popular, no contexto da "grande" e da "pequena política" respectivamente. Concluímos que essa ambiguidade resultou no progresso da ordem, à luz da lógica do consenso mínimo. Esta pesquisa privilegiou o exame desse fenômeno na cidade do Rio de Janeiro, entre 1893 e 1897.

Palavras-chave: Florianismo, Rio de Janeiro.

Este ensaio tem o objetivo de reexaminar a conjuntura que se estende dos momentos imediatamente anteriores à proclamação da República no Brasil aos da transição dos governos militares e em seguida dos governos civis, no contexto da consolidação do regime instaurado em 1889. Trata-se de um aspecto central da tese de doutorado sustentada na USP em novembro de 1994 (1).

1. Lincoln de Abreu Penna, *O Progresso da Ordem. O Florianismo e a Construção da República*, São Paulo, mimeo, 1994;

* (Coordenador da Linha de Pesquisa Estudos Republicanos do PEA/IFCS/UFRJ)

O objeto desse estudo é o florianismo, vocábulo que derivou originalmente dos adeptos do Marechal Floriano Peixoto, primeiro vice-Presidente em exercício na presidência da República (1891/94). A escolha do tema decorreu do interesse do Autor pelos projetos republicanos que coexistiram ao longo do processo de afirmação da alternativa republicana, uma vez que esta gerou expectativas diversas no conjunto das forças políticas que hegemonizavam a sociedade política à partir das décadas de 1870/80. Por outro lado, os estudos consolidados sobre este período histórico não nos permitem conclusões satisfatórias a respeito das diferentes estratégias adotadas pelas correntes e grupos políticos organizados em face do caráter a ser emprestado ao regime que se implantara através do golpe militar de 15 de novembro. Ademais, o próprio significado do que se convencionou designar por florianismo tem sido ainda marcado por uma polaridade que surgiu por ocasião da radicalização da luta política durante os anos de governo do Marechal.

Em se tratando de um objeto recorrente aos trabalhos que buscam redefinir o alcance assumido pelo trinômio *proclamação/consolidação/pacificação*, devidamente ampliado, recortado e aprofundado pelas mais destacadas produções acadêmicas, sobretudo após 1964(2), a questão do método não encerra uma mera exigência científica. O instrumental metodológico utilizado nessa abordagem procurou incorporar algumas perspectivas inovadoras relativamente ao campo renovado da história política(3). Assim, mais do que construir cenários nos quais se desenvolveram as contendas político-ideológicas, tem sido estimulantes as análises que procuram privilegiar as estratégias do jogo político, empregadas em distintas situações pelos protagonistas(4).

O referencial teórico clássico, a nosso ver, não desautoriza necessariamente o emprego das novas abordagens sobre as relações entre Estado e sociedade, uma vez que as relações que permeiam as instituições existentes num e noutro carecem de estudos pontuais. Essa possibilidade de tornar compatível as contribuições dos clássicos com a incorporação do acervo recente das pesquisas no âmbito da história política, está presente nessa proposta de trabalho.

No que concerne as fontes documentais existentes nos depósitos públicos, cabe mencionar os anais da Câmara dos Deputados e do Senado,

2. José Roberto do Amaral Lapa. *História em Questão. Historiografia Brasileira*, Petrópolis, 1976. Ver também, Maria Helena Rolim Capelato. *Pesquisas Em Andamento de Pós-Graduandos dos Programas de Pós-Graduação em História no País*, Projeto Integrado ANPUH-Depto. de História FFLCH/USP, São Paulo, 1995;

3. Ver especialmente, René Remond (org.). *Pour une histoire politique*, Paris, Éditions du Seuil, 1988;

4. Rapoport, Anatol. *Lutas, Jogos e Debates*, Brasília, Editora da UnB, 1980;

relativos principalmente aos anos de 1891 a 1898; o Arquivo Particular de Floriano Peixoto (1897-1895); as correspondências ativas e passivas de Prudente de Moraes, Campos Sales, Afonso Pena, Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva; além dos jornais que atestaram os conflitos que se sucederam ao longo do processo de consolidação da República. Destes destacam-se as coleções do *Estado de São Paulo*, *O Paiz*, *Cidade do Rio*, *O Jacobino*, *A República*, *A Bomba* (depois, *O Nacional*), *O Combate*, e o *Jornal do Comércio*, dentre os muitos que a pesquisa não abrangeu em razão de não se ter encontrado grande parte de seus números, como aconteceu com o *Correio Paulistano*, de inegável importância para o melhor conhecimento da dissidência no seio da oligarquia paulista nos tempos de Floriano. Lamentavelmente a documentação do Arquivo Histórico e Diplomático do Itamarati relativo a Revolta da Armada, só agora parcialmente disponível, encontrava-se fora de consulta quando das pesquisas empreendidas para a elaboração deste trabalho. Todavia, dado o caráter essencialmente teórico que acabou caracterizando o conteúdo conclusivo dessa investigação, a ausência dessa documentação diplomática não nos parece ter comprometido substancialmente o seu caráter conclusivo. Valemo-nos, neste particular, da obra de Sérgio Corrêa da Costa (*A Diplomacia do Marechal. Intervenção Estrangeira na revolta da Armada*), que nos limites que este trabalho confere a questão, consideramos plenamente satisfatório.

A consulta aos textos de época, notadamente os de cunho mais polêmicos de autoria dos publicistas como Sílvio Romero, Alcindo Guanabara, Aristides Lobo, Eduardo Prado e Serzedello Corrêa, constituem fonte de extraordinário valor, uma vez que conduzem o pesquisador ao tempo das idéias que orientaram os debates daqueles momentos iniciais do processo de afirmação do regime republicano. Em especial nos interessa sublinhar o papel desempenhado pelos dois últimos, responsáveis pela polarização em torno da personalidade do Marechal, e em consequência contrapontos eloqüentes a respeito do significado do florianismo. Prado em *Fastos da Ditadura Militar no Brasil* e Corrêa em *Páginas do Passado*, constituíram as matrizes opostas dos tempos de Floriano e exerceram influência decisiva na historiografia sobre a primeira República. Memória e história encontram-se nesses ensaios tão poderosamente interligados que resistiram durante décadas ao exercício de depuração necessário por parte dos historiadores. Foi preciso que a pesquisa científica e acadêmica produzisse uma massa crítica capaz de distingui-las convenientemente.

Há que mencionar igualmente a presença de observadores mais eventuais que, não obstante, enriqueceram com seus enfoques originais a polêmica em torno de situações e personagens característicos da primeira década republicana. É o caso de Euclides da Cunha que em *Contrastes e Confrontos* popularizou o *Marechal de Ferro*, ao traçar o perfil mais completo

de Floriano⁵). O autor de *Os Sertões* certamente não chegou a se filiar nas hostes do florianismo militante, mas foi nos limites da sua observação o mais honesto e brilhante dos biógrafos de Floriano.

Não é possível omitir os nomes de Sampaio Bruno e João Chagas, exilados portugueses da frustrada Revolução republicana do Porto de 1891, e autores dos não menos expressivos testemunhos da época. Em *O Brasil Mental*, Bruno introduz o que anos depois se denominaria de história das mentalidades, ao tecer considerações acerca da brasilidade. Erudito, falaz e ao mesmo tempo convincente, catuca os homens de idéias no Brasil, a ponto de provocar o não menos irrequieto Sílvio Romero, que contra-ataca com o seu *O Brasil Social*. Quanto a Chagas, o autor de *De Bond*, preferiu enveredar para a crônica dos costumes do Rio de Janeiro dos primórdios da República, e conseguiu passar uma impressionante imagem da cidade viva, irreverente, e disposta a penetrar sem cerimônia na cidadania moderna. O título deste livro delicioso, ingênuo, mas verdadeiro, refere-se naturalmente ao papel ocupado pelo transporte de bondes, em cujos trajetos embalavam as diferenças sociais e a democracia a partilhar os lugares comuns a negros e brancos, pobres e ricos, desempregados e super-empregados de uma quase metrópole de serviços e de ganhos difíceis e fáceis.

Como se verá mais adiante, é neste cenário que se nucleou o florianismo popular, distinto em tudo do florianismo de ocasião que logrou encerrar o Marechal nas armadilhas dos grupos dirigentes.

Os estudos sobre o período republicano ganharam grande impulso a partir da década de 1960. A implantação e expansão dos cursos de pós-graduação respondem por este incremento. Todavia, a massa crítica que se constituiu, não respondera à algumas questões que nos pareciam importantes, tais como a da aliança entre grupos civis (os históricos da propaganda) e os militares, de um lado, e a questão do significado do florianismo. Ao destacar essas duas questões mal resolvidas, a nosso ver, pela historiografia, estabelecemos as primeiras hipóteses. No primeiro caso, constatamos que o pacto mínimo entre os dois agrupamentos – independente das motivações que empurravam ambas as correntes para a alternativa republicana – tinha sido concebido com uma preocupação: a de preservar o estatuto da ordem pública. A parada militar que detonou a solução republicana foi uma demonstração cabal desse objetivo, ou seja, o de interromper ordenadamente a mudança do governo e do regime.

Assim, a ruptura institucional nada mais fez do que consagrar a continuidade das práticas políticas negociadas de cima para baixo. De modo que quando Aristides Lobo refere-se ao povo que “assistia a tudo bestializado” ele se refere simultaneamente ao fato dos que ali estavam

5. Euclides da Cunha, “O Marechal de Ferro” in *Contrastes e Confrontos (Obra Completa)*, Rio de Janeiro, Aguilar, 1966, 2vols.;

presentes terem observado perplexos a manifestação, em face da inusitada situação, algo que não lhes parecia possível acontecer daquela maneira. E de outro lado, absolutamente alijados como protagonistas dos acontecimentos, e logo eles a quem a propaganda, afinal, tanto apelara.

Mas, o que mais os surpreendera era ver, depois instalados no poder, as figuras de conhecidas personalidades dos tempos do Segundo Reinado, como o Barão de Lucena por exemplo, assumindo funções de relevo em meio a outros egressos do movimento republicano. Essa composição eclética se de certa forma ressalta o cunho continuísta daquilo que apregoavam ser uma revolução, deixava interrogações sobre o porque de sua existência.

No que respeita ao florianismo, consideramos tratar-se de um fenômeno que se expressou de duas maneiras, um vinculado ao aparelho de Estado e ambientado no seio do próprio governo, e outro que se formou ao largo das conveniências do poder. Ambos surgidos durante a Revolta da Armada. Essas vertentes orgânica e inorgânica responderam pelos projetos políticos durante o processo de consolidação da República.

O golpe do 15 de novembro de 1889 contou com o concurso de militares e civis. Se os primeiros foram decisivos para a remoção da monarquia no Brasil, dificilmente este episódio se concretizaria sem o apoio dos civis da propaganda e a conviência dos que se calaram durante o proselitismo do movimento republicano. Foi essa aliança de interesses múltiplos a envolver aspectos corporativos, doutrinários e pragmáticos que tornou possível a transição segura e incruenta sob a direção de altas patentes do Exército e da Marinha. Com a deposição do último Gabinete conduzido pelo Visconde de Ouro Preto, e o exílio da família Real, estava selada a sorte do Império e do improvável Terceiro Reinado de tão angustiante perspectiva. Mas, também firmava-se uma prática que se tornaria frequente ao longo das crises político-institucionais da República que consistiria no hábito de se obter o aval dos grupos civis enquistados na periferia do Estado, quando dos pronunciamentos promovidos pelos militares.

A essa prática que se tornaria recorrente denominaremos de lógica do consenso mínimo(6), de vez que traduz a necessária garantia de que a intervenção armada seria correspondida por parte dos setores estrategicamente influentes do mundo político convencional. É evidente que apesar de interesses díspares deveria haver algo em comum entre esses protagonistas da proclamação.

6. Em nossa Tese, trabalhamos com esta proposta conceitual com vistas à explicação do comportamento dos militares na política. Muito embora nos tenha sido útil os trabalhos de Alfred Stepan, neste sentido, discordamos deste Autor quando trata da questão (*Os Militares e a Política*, Artenova), atribuindo um papel subsidiário dos militares em relação aos civis, no comando das mudanças políticas ocorridas na História da República brasileira;

Afinal, se a demanda federalista unificara os agrupamentos civis, independente das mais variadas interpretações quanto a adoção deste sistema, o mesmo sentido unificador existia na caserna em torno dos soldados, que a exemplo do que ocorria com o funcionalismo público também padecia de reajustes frente ao custo de vida. Em ambos os casos o vilão era a insensibilidade dos homens do antigo regime, impotente para reparar a ineficácia da administração e reformular a representação, de um lado, e de promover o bem-estar das corporações militares, de outro.

Ao largo dessas questões mais palpantes, coexistia um ideário que penetrava comumente nas duas frentes prestes a perpetrarem a unidade de ação. Tratava-se do positivismo(7), seja de conteúdo comtista puro, os ortodoxos da doutrina do mestre francês, seja o da vertente heterodoxa, seguidora do dissidente Littré. Os primeiros abrigados no Apostolado viam com indisfarçável desprezo as articulações com vistas a implantação da República, sentenciada por Comte como o regime que corresponderia o ingresso definitivo da humanidade na etapa superior do progresso, da era positiva. Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, dirigentes do Apostolado, insistiram na enorme diferença existente entre eles e os republicanos históricos. Por isso mesmo, não tiveram e nem desejaram ter qualquer participação no desfecho simbolizado pela parada militar daquele fim de manhã do dia 15 de novembro.

Quanto aos littréistas o mesmo não se pode dizer. Conscientes das particularidades de uma sociedade ainda distante dos sonhos idealizados pelos mais puros doutrinários, e certos de que o positivismo não era a única concepção dominante junto a uma elite culta e ciosa de seus privilégios, adotaram um comportamento mais tolerante. Alguns chegaram a promover uma simbiose meio marota entre o positivismo e o evolucionismo spenceriano, como foi o caso de Alberto Sales de *Pátria paulista* e do *Catecismo republicano*. O irmão mais velho de Campos Sales buscou conciliar o dogmatismo de Comte com o liberalismo do filósofo inglês(8), produzindo um sincretismo de resultados duvidosos.

A idéia de república encontrou na caserna alguma receptividade, sobretudo depois que as forças prussianas derrotaram Napoleão III e se constituiu a Terceira República francesa, como assinala John Schulz no seu livro *O Exército na Política. Origens da Intervenção Militar - 1850/1894*, mas foi sem dúvida o movimento abolicionista que politizou a

7. Sobre o Positivismo nos valem essencialmente da obra de Ivan Lins, *História do Positivismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Edições Melhoramentos, 1954, além de Silvio Romero, *Doutrina Contra Doutrina. O Evolucionismo e o Positivismo no Brasil*, Rio de Janeiro/São Paulo, Livraria Clássica de Alves e Companhia, 1895. Obras de referência indispensáveis na abordagem do tema;

8. Luís Washington Vita. *Alberto Sales, Ideólogo da República*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, col. Brasiliana, vol. 327, 1965;

corporação. Na curiosa expressão de Gilberto Freyre (*Ordem e Progresso*), *O 15 de Novembro no Brasil não foi senão o periquito sociológico em relação com o papagaio*: o 13 de maio, em alusão ao fato de que a importância da Abolição foi mais geradora de implicações de ordem social e política do que a mudança da roupagem institucional.

Todavia, há que assinalar que enquanto a participação militar no processo abolicionista aconteceu isoladamente, ainda que em consonância com outras forças sociais e políticas do país, na operação de desmonte do antigo regime ocorreu uma conjugação de forças articuladas. Em outras palavras, setores influentes dos republicanos fardados aceitaram conspirar em conjunto com as lideranças políticas do movimento republicano, o que resultou no golpe liderado por Deodoro. Essa aliança partiu da constatação segunda a qual era preciso ordenar a transição para fazê-la progredir na direção do ideal republicano, já que repudiavam os dois cenários possíveis embora não prováveis. Um seria o cenário proposto pelos radicais da propaganda como Silva Jardim, adepto da solução cruenta da ruptura do sistema de poder, fruto mais do voluntarismo ativista do que da condução segura do rompimento das instituições. O outro, também indesejável, seria o continuísmo do Império e a ameaça do Terceiro Reinado sob a condução do desprezível Conde d'Eu a tutelar a Família Real, amparado na convicção dos evolucionistas de que mais cedo ou mais tarde a República aconteceria naturalmente.

A despeito das desconfianças mútuas, as lideranças civis e militares da conspiração estavam de acordo quanto a forma de atuar, e principalmente quanto a maneira de partilhar o poder. Era preciso uma razoável base política capaz de conduzir a provisoriedade do novo sistema de poder. Surgia, assim, a lógica do consenso mínimo, suficiente, contudo, para tornar viável a solução republicana. Esta fórmula não obrigaria os pactuantes a abrirem mão de suas concepções filosóficas, políticas e doutrinárias.

O governo de Deodoro, tanto o provisório quanto o constitucional, era uma demonstração cabal dos propósitos dessa lógica. Heterogêneo, incolor, demasiadamente indefinido no que respeita as prioridades, foi presa fácil das tensões dissolventes de seu caráter. Com isso, expôs a fragilidade de homem público do Presidente, obrigado a exercer um centralismo sem consistência programática, candidatando-o a ditador perpétuo ou a falência súbita de seu governo. Prevaleceu esta última, em razão da quebra do compromisso daquela lógica consensual. Envolvido em contradições de toda sorte foi forçado a ceder o posto ao seu Vice-presidente, Floriano Peixoto, que se encarregou de retomar o princípio que permitira a República. Aí está a diferença entre os dois primeiros governantes militares: Deodoro se impôs uma tarefa, a defesa intolerante do governo que chefiava. Floriano, a missão de sustentar o regime de forma intransigente, nem que para isso fosse preciso violar os dispositivos constitucionais.

Assim, ao restabelecer a lógica que presidira a conformação da República, Floriano permitiu que os diferentes grupos políticos enfatizassem suas diferenças ideológicas, isto é, procurassem implementar os fundamentos de seus projetos políticos. Chegara o momento de construção, de realizações da ordem republicana, única a possibilitar o tão esperado advento do progresso. Apoiado na facção da oligarquia paulista mais lúcida do ponto de vista político, e firmemente respaldado pelos seus camaradas do Exército, Floriano vislumbrava a realização exitosa da missão a qual se propusera.

Desencadeada a Revolta da Armada(9), inicialmente chefiada por Custódio José de Mello, iniciava-se um outro processo de costura do consenso nacional. Não nos interessa aqui examinar o desenrolar dessa guerra civil, nem tampouco as intenções do Almirantado dividido em face da disposição de Custódio em depor pelas armas o Vice-presidente em exercício, como Floriano costumava se intitular. Interessa-nos tão somente analisar suas implicações diante da divisão objetiva das forças armadas e do bloco de sustentação do governo. Os republicanos paulistas, tendo a frente Campos Sales, entenderam que o apoio ao Marechal garantiria a estabilidade institucional e, sobretudo, o calendário eleitoral, perspectiva que tornaria o projeto do federalismo liberal de São Paulo tendo em vista a próxima sucessão.

Para Floriano o concurso dos paulistas do PRP(10), por sua vez, era decisivo em virtude das necessidades financeiras decorrentes de investimentos para a aquisição de material bélico naval. Porém, o teatro da revolta se circunscreveu primeiramente na Capital, afetando o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro cuja população, em grande número, foi obrigada a se deslocar para os subúrbios distantes do centro e desprovidos de serviços públicos adequados.

A ação presidencial se distribui então em duas direções. Na *grande política* trabalha no sentido de reconstituir as bases de apoio, arregimentando regionalmente as lideranças em torno de seu governo, auto-proclamado de salvação nacional; e na *pequena política* busca aproximar-se de contingentes sociais excluídos da cidadania convencional, através de iniciativas populares tais como o combate sistemático aos especuladores, e de assistência alimentar e habitacional as famílias retirantes dos bairros mais pobres do centro urbano.

Nas duas frentes foram incentivados ou rearticulados os batalhões patrióticos. Os oriundos da *grande política* contaram com o financiamento dos cafeicultores paulistas, ao passo que os que se formaram no espaço da

9. Joaquim Nabuco. *A Intervenção Estrangeira Durante a Revolta*, 9ª ed. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1932;

10. José Ênio Casalecchi, *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*, São Paulo, Brasiliense, 1987;

pequena política surgiram mercê do voluntariado espontâneo de camadas médias (funcionalismo público civil e militar, profissionais liberais, pequenos comerciantes e estudantes) e populares (desempregados e desocupados beirando um lumpesinato renitente, cujas posturas públicas adotadas no início do século XX tentaria restringir a presença na cidade).

Sídny Chalhoub (*Trabalho, lar e botequim*) e Rosa Maria Barboza de Araújo (*A Vocação do Prazer. A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*), examinaram as peculiaridades do Rio da virada do século, relativamente aos modos e costumes das populações distintas que habitavam a urbanidade carioca. Em ambos é possível constatar a extraordinária vitalidade de seu povo no que concerne a leitura política, ao sentido que emprestam a condição de cidadãos. O *bilontra* de Artur de Azevedo, recuperado exemplarmente por José Murilo de Carvalho (*Os bestializados*), revela a faceta irônica, debochada, em relação aos políticos tradicionais.

Ora, a conduta de Floriano era exatamente o oposto dos *casacas*. A origem sertaneja, e as experiências que acumulou em suas andanças político-administrativas, reforçaram o profundo desprezo e a eterna desconfiança em relação as elites políticas. Foi esta empatia, aliada as medidas concretas adotadas em seu governo, que transformaram-no em uma liderança popular nos limites de uma época marcada ainda por uma ausência organizativa da classe trabalhadora. O fato é que ao perceber a imensa receptividade conquistada logo após o encerramento da Revolta, Floriano pôs em prática uma política dualista. Ao mesmo tempo em que incentivava as iniciativas dos representantes da *grande política*, estimulava o ímpeto anti-oligárquico do mundo da *pequena política*. Ao imprimir essa estratégia reelaborou o consenso mínimo de modo a fomentar o medo recíproco desses dois universos opostos.

Dessa maneira, *republicanizou o Estado*, isto é, dotou-o de uma política maior a pairar sobre as desavenças circunstanciais, momentâneas, para tornar perene seu papel de sustentáculo do regime. Introduziu de forma regular a prática da cooptação, cujo resultado foi a criação de uma espécie de cidadania, a *estadania*, termo cunhado por José Murilo de Carvalho¹¹ de sentido mais amplo do que aqui propomos. Na outra ponta, Floriano foi o responsável pela *republicanização das ruas*, ao trazer para a esfera efetivamente pública o contingente social marginalizado, não no sentido de equacionar suas demandas, mas no de reconhecê-los como indivíduos detentores de uma identidade até então negada pela nobiliarquia política. Essa capacidade de congregar os diferentes na certeza de que com isso estava consolidando o regime, fez do Marechal a própria encarnação da República. Da República plural, dos cidadãos conscientes do papel que representavam no combate contra os restauradores e os que pretendiam descaracterizar o significado do ideal proclamado em 1889.

11. José Murilo de Carvalho. *Os Bestializados*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987;

Entretanto, o florianismo não se resume simplesmente aos que cultuavam misticamente o Marechal, muito embora esta tenha sido a versão imposta pelos memorialistas encarregados de perenizar a 'obra' dos proclamadores. Na verdade, em meio as necessidades diferenciadas dos que vão se abrigar em torno de Floriano, havia intenções de grupos políticos organizados, tanto na *grande* como na *pequena política*, de dar um rumo ao regime.

Essa disposição começa a tomar corpo com o término da Revolta, e se intensifica nos primeiros anos do governo de Prudente de Moraes. Logo, é possível identificar dois florianismos que de comum só tiveram o desejo de impedir a queda de Floriano. Referimo-nos ao que convencionamos designar por *florianismo de governo*, ambientado na esfera da *grande política*, e mais especialmente na corrente da oligarquia paulista; e *florianismo de rua*, ou popular, que crescera circunscrito ao mundo da *pequena política*.

Trata-se de dois projetos políticos que reclamavam sua fidelidade e filiação a política empreendida por Floriano, cuja morte em 1895, precipitou a luta pelo seu legado. O Testamento político deixado pelo Marechal(12) dava margem a interpretações que variavam de acordo com os interessados, mas não deixava dúvidas quanto ao sentido geral segundo o qual a tarefa da defesa da República cabia a todos os que cerraram fileiras durante seu governo. A luta pela hegemonia não chegou propriamente a se estabelecer, não obstante a fórmula que resultou na composição do governo de seu sucessor deixasse clara a preocupação com a manutenção do equilíbrio das forças antagonizadas. De um lado, Prudente de Moraes típico exemplar do *florianismo de governo*, de outro, Manuel Vitorino, que contava com a simpatia dos que se propuseram a representar a coalizão dos jacobinos com o *florianismo de rua*.

Não é preciso conhecer em minúcias o período de administração de Prudente para saber que os constrangimentos entre ambos se sucederam continuamente, pelo menos até 5 de novembro de 1897, quando do atentado ao primeiro Presidente civil, durante solenidade de recepção aos 'combatentes' que regressavam da guerra de Canudos(13).

A descaracterização de Prudente como seguidor da política de Floriano não levou muito tempo. Já no seu primeiro ano de governo, a Escola Militar reacendia-se em manifestações contrárias ao Presidente. Razões não faltavam, a começar pela política de pacificação levada a efeito por Prudente. Essa política voltara-se para os protagonistas da Revolução

12. Suely Robles Reis de Queiroz. *Os Radicais da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986;

13. Sobre as relações de Canudos com a situação política da época, destaco o trabalho de Roberto Ventura. "A Nossa Vendéia: Canudos, o Mito da Revolução Francesa e a Formação de Identidade cultural no Brasil (1897-1902)" in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.º 31, pp. 129-146;

Federalista, no Rio Grande do Sul, onde *castilhistas* e *gasparistas* mantinham um longo conflito pelo domínio da situação. Para os mais exaltados partidários da pureza da herança de Floriano, os auto-intitulados jacobinos, tratava-se de uma traição ao Marechal, que manifestara-se francamente favorável a Júlio de Castilhos, e portanto, contrário ao federalista Gaspar Silveira Martins. Este apoio se concretizara em virtude do inegável comprometimento de Castilhos com o futuro da República, o mesmo não acontecendo com Silveira Martins, que de signatário do Manifesto Republicano convertera-se em saudosista dos tempos do Império.

Assim, mais do que uma identidade doutrinária (Castilhos era um ortodoxo positivista), prevaleceu a pragmática defesa da unidade do regime, uma vez que o radicalismo do conflito levava os federalistas gaúchos à um quase autonomismo de consequências desastrosas para a realidade da Federação unitária que se praticava, independente do que rezava a Constituição no que se refere as faculdades do sistema federativo.

Dessa maneira, a questão também não se restringia a uma disputa de facções regionalistas, ou de interpretações mais ou menos coerentes do legado de Floriano. Havia uma disputa pela carácter a ser emprestado a República consolidada. Isto implicava na formulação de projetos e de novas alianças táticas, indispensáveis ao êxito dessas correntes. Pode-se dizer que a situação do Sul do país deixara claro as opções. De um lado, se encontravam os federalistas de formação liberal e constitucional, legalistas e avessos as manifestações ruidosas das ruas. De outro, os partidários de uma República forte, que concebiam o federalismo como uma forma de organização administrativa do Estado, mas jamais com poderes capazes de contrariar a orientação do Estado nacional. Segundo Maria de Lourdes Mônaco Janotti (*Os Subversivos da República*), teria havido três projetos: o da cafeicultura paulista, o florianismo e o castilhismo), todavia os rumos dos acontecimentos transformaram estes dois últimos em parceiros. Quanto ao sentido doutrinário que os caracteriza, a referida autora não destoa das considerações que aqui expusemos.

Diante desse panorama, é válido perguntar o que afinal consistiu o florianismo. Ou melhor, que paralelo estabelecer tendo em vista as experiências similares que foram objeto de reflexões dos historiadores e cientistas sociais. A nosso ver, o florianismo representou, de forma muito especial, o bonapartismo possível a uma sociedade em transição ao capitalismo. Diferente do bonapartismo francês de Napoleão III, minuciosamente estudado por Marx¹⁴, as classes e segmentos de classe que operaram a construção do nosso bonapartismo se não representavam os interesses dos que sustentaram a legenda do simulacro de Napoleão Bonaparte, desempenha-

14. Karl Marx. "O 18 Brumário de Luís Bonaparte" in Fernandez, Florestan (org.), *Marx/Engels*, São Paulo, Ática, 1983;

ram funções similares. Na França da metade do século XIX, coube ao campesinato servir de base social para o empreendimento realizado pelo grande capital, cujo estado maior delega ao bonapartismo a tarefa de agir em seu nome.

No Brasil dos tempos de Floriano, recaiu nas camadas médias urbanas(15) esse papel de agenciador de uma política supostamente representativa de seus interesses, mas que abriria as portas para a coalizão conservadora que presidiu os destinos da primeira República até pelo menos 1930.

Anos mais tarde ao *Dezoito Brumário*, Engels diria que o que caracteriza de fato o bonapartismo é a situação de *empate* entre forças que disputam a hegemonia no campo da elaboração política do Estado. É precisamente este o sentido que adotamos para propor essa analogia, uma vez que se emprego permite que possa ser adotado para caracterizar conjunturas nas quais as classes dominantes não têm assegurados os mecanismos de controle sobre as forças sociais que aproveitam-se de brechas temporárias ocorridas pela fratura do bloco do poder.

O florianismo foi isto, um momento em que a recomposição do bloco do poder dilacerado por diferenças internas delegam seu papel de classes dominantes à um personagem, o qual propõe-se a restabelecer o equilíbrio rompido, lançando mão de grupos emergentes que com ele (o governante) se identificam. E neste momento, ao contraírem com o governante um pacto inorgânico, porque não mediado por instrumentos formais, legais ou institucionais, fundam as bases de um projeto político alternativo, ainda que incipiente, cujo resultado prático é o *desempate*, isto é, a reordenação do poder com base nas forças representativas da ordem que estiveram coesas em torno da ação empreendida pelo governante. Dessa forma, quando Floriano entrega o poder à oligarquia paulista ele o faz - ainda que com reservas pessoais ao seu sucessor - certo de que fez progredir a ordem republicana.

15. Décio Saes. *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.